

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

VARA FEDERAL DE 2ª Vara Cível de Vitória - ES, competência em matérias cível.

**Juiz Federal Titular: DRA. ENARA DE OLIVEIRA OLIMPIO
RAMOS PINTO**

Juiz Federal Substituto: vago

Partindo de levantamentos realizados no questionado de Autoinspeção, bem como nas informações da última correição realizada e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 08 a 12 de junho de 2015, a correição ordinária presencial da 2ª Vara Federal de Vitória/ES.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Regularizar os processos, tramitando com segredo de justiça, sem despacho que o determine;
2. Regularizar os processos que estão na Contadoria com prazo de entrega expirado;
3. Registrar o motivo da suspensão nos processos informados no mapa como “vazios”;
4. Regularizar o Processo nº 00006448920144025001, que se encontra sem classificação da sentença no corpo do documento (sentença).

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Não houve notícia de qualquer designação de representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (ES) ou da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ ou ES, para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES (junho/2015)

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

. Titular: Dra. Enara de Oliveira Olimpio Ramos Pinto, em exercício desde 07 de julho de 2005.

. Substituto: vago.

Quanto ao Juiz substituto, a vara correicionada informou na autoinspeção de 2015:

“(...) a Vara hoje não conta com o auxílio de um Juiz Substituto, pelo fato de o mesmo estar afastado exercendo a titularidade de outra Vara.”

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 15

Analistas Judiciários: 03

Técnicos Judiciários: 11

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados. Período: 01/12/2014 a 31/05/2015, emitido em 01/06/2015.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

	CORREIÇÃO 2014	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	1.946	2.162
Suspensos	296	322
Ag. julgamento recurso	239	314
Tramitação ajustada	1.411	1.526

. MATÉRIA CÍVEL:

Total: 2.162

Suspensos: 322

Aguardando julgamento recurso/agravo: 314

Em tramitação: 1.526

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo. **Planilha Apolo Excel e Intimados, extraídos em 01/06/2015 entre os meses de dezembro de 2014 a maio de 2015.**

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/12/2014 até 31/05/2015):

Despachos: 2.083 - Tempo médio de conclusão/intimação: 06 dias

Decisões: 1.154 - Tempo médio de conclusão/intimação: 12 dias

Sentenças: 566 - Tempo médio de conclusão/intimação: 23 dias

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – **Intimados, extraídos em 01/06/2015 entre os meses de dezembro de 2014 a maio de 2015.**

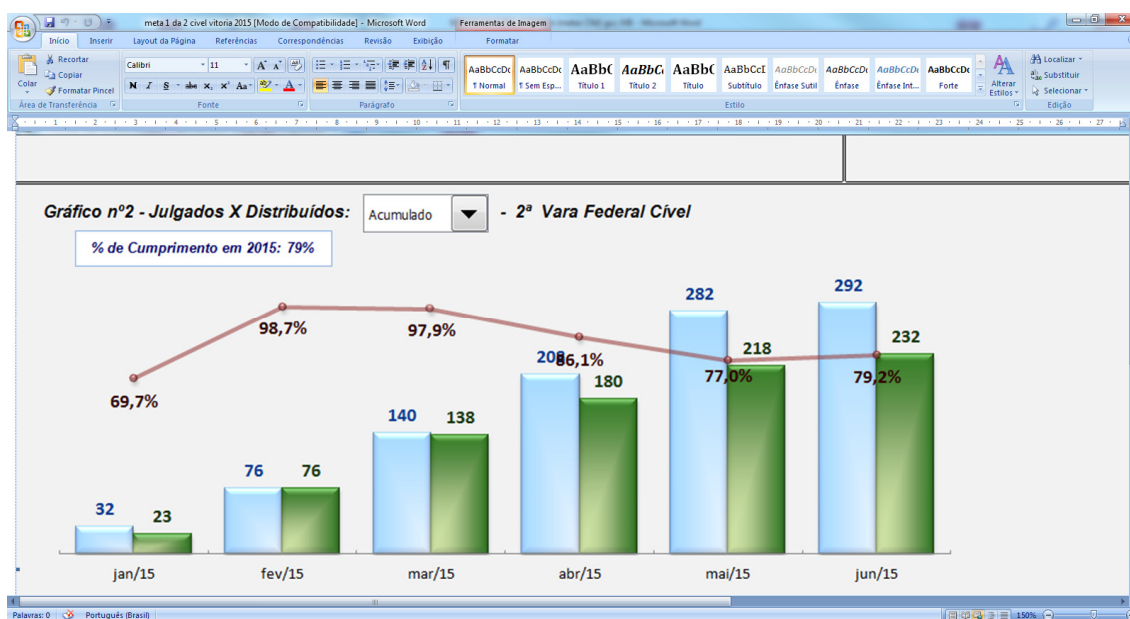
➔ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 09/06/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 79%**, como ilustra o gráfico a seguir:



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constam 02 processos pendentes de julgamento:

00130898120104025001. Trata-se de embargos à execução, distribuídos em 05/11/2010; concluso ao MM Juiz em 22/11/2010; último movimento em 05/06/2015, conclusão para decisão, com minuta no Sistema Processual Apolo.

00126010520054025001. Trata-se de ordinária/tributária, distribuída em 19/01/2005. Último movimento em 27/05/2015 despacho com minuta nos Sistema Processual Apolo. Registro no sistema em 29/05/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 08/06/2015. **Extraído em 09/06/2015.**

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015, não se aplica ao Juízo correicionado.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

OBS: Dados obtidos relativos à META 03/2014, em razão da não disponibilização dos mapas respectivos à Meta 05 de 2015 no Portal de Estatísticas.

	Fiscal	Não Fiscal	Total
Junho/2014	00	208	208
Junho/2015	01	435	436

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, referente à Meta 06 do CNJ, extraído em 10/06/2015, não há processos pendentes, conforme mapa abaixo reproduzido:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 10/06/2015, e Apolo, Relatórios de Processos. **Extraído em 10/06/2015.**

→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:

MATÉRIA CÍVEL

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao período de 12/2014 a 05/2015, emitidos em 01/06/2015, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (classe 2002):

Total: 05

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 03

Em trâmite: 01

0001456-59.1999.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros, redistribuído em 02/09/2008; em 02/03/2015 suspensão – fase conhecimento. Obs.: suspenso por 04 meses, conforme determinado. Suspenso de 02/03/2015 a 02/07/2015.

0003692-08.2004.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros, redistribuído em 02/03/2005; em 16/03/2005 sentença julgando procedente a pretensão e concedendo a segurança, publicada em 11/10/2005; em 10/11/2014 suspensão por repercussão geral (CPC, 543-B e § 1º) até 30/04/2016, sendo este o último movimento.

0007162-13.2005.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros, distribuído em 10/08/2005; em 24/05/2006 sentença julgando procedentes os pedidos contidos na petição inicial, concedendo a segurança pretendida, publicada em 03/08/2006; em 29/09/2014 suspensão por repercussão geral (CPC, 543-B e § 1º) até 30/04/2016, sendo este o último movimento.

0009083-36.2007.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros, distribuído em 12/07/2007; em 06/03/2015 sentença extinguindo o feito, com fulcro no art. 267, VIII do CPC, publicada em 28/04/2015; último movimento em 15/05/2015, assim descrito: “movimentação cartorária tipo andamento execução”.

0012442-57.2008.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros, redistribuído em 18/06/2009; em 11/09/2009 sentença concedendo a segurança pretendida, nos termos do art. 269, I do CPC para declarar o direito líquido e certo do impetrante; em 06/11/2009, petição de fls. 185/187 recebida como embargos de declaração; em 30/11/2009 decisão conhecendo dos embargos de declaração, dando-lhes provimento para corrigir o erro material da parte dispositiva da r. sentença de 165/173; em 14/06/2010 apelação interposta recebida somente no efeito devolutivo; em 26/10/2012 suspensão aguardando decisão de instância superior até 30/04/2016.

0106770-32.2015.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros, redistribuído em 07/04/2015; em 06/05/2015 sentença concedendo a segurança pleiteada; último movimento em 02/06/2015, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando prazo”.

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO/TRIBUTÁRIO (classe 2007):

Total: 09

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 04

Em trâmite: 05

0105379-42.2015.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário, distribuído em 18/03/2015 e concluso ao MM Juiz à mesma data; em 29/04/2015 conclusão para sentença/julgamento, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

0106966-02.2015.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário, distribuído em 06/04/2015, concluso ao MM Juiz em 07/04/2015; em 28/05/2015 conclusão para sentença/julgamento, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

0104348-84.2015.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário, redistribuído em 23/03/2015; em 30/03/2015 sentença julgando improcedentes os pedidos formulados na petição inicial, denegando a segurança, com fulcro no art. 269, I, do CPC. Remetido à publicação em 03/06/2015.

0002904-43.1994.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário, distribuído em 20/06/1994; concluso ao MM Juiz em 21/06/1994; último movimento em 29/05/2015, assim descrito: “remessa, carga para Procuradora da Fazenda Nacional por motivo de manifestação”.

0008610-94.2000.4.02.5001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário, redistribuído em 21/01/2005; concluso ao MM Juiz em 20/01/2006; em 28/04/2008, baixa de baixa-fundo; em 18/05/2015, reativação; em 28/05/2015 despacho determinando intimação e deferindo o pedido de vista; em 03/06/2015, último movimento, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguardando publicação”.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (classe 6001):

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 00

0010025-20.1997.4.02.5001. Trata-se de ação civil pública, distribuída em 25/11/1997, com conclusão ao MM Juiz à mesma data; último movimento em 16/08/2011, suspensão aguardando decisão de instância superior. Suspenso de 16/08/2011 até 30/04/2016.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRIBUTÁRIA (classe 6008):

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 01

0012491-35.2007.4.02.5001. Trata-se de ação civil pública, distribuída em 07/11/2007, concluso ao MM Juiz em 29/10/2007; em 15/09/2008 sentença julgando procedentes os pedidos contidos na petição inicial, publicada em 01/10/2008; em 16/03/2006 embargos de declaração onde se conhece dos

embargos opostos pela FUNASA, porém, negando-lhes provimento, publicada em 23/06/2009; em 05/11/2009, despacho recebendo a apelação interposta pela parte autora no efeito devolutivo; último movimento em 21/05/2015, assim descrito: “movimentação cartorária tipo andamento”.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA SERVIDORES PÚBLICOS (classe 6009):

Total: 04

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 04

0000759-04.2000.4.02.5001. Trata-se de ação civil pública / servidor público, redistribuída em 28/11/2001; conclusão para sentença em 06/12/2001, sem minuta no Sistema Processual Apolo; em 24/09/2014 embargos de declaração em face de decisão de fls. 590, onde se conhece dos embargos, mas negando-lhes provimento; último movimento em 02/06/2015, assim descrito: “suspensão por outros – fase/processo execução”. Suspenso de 02/06/2015 até 30/04/2016.

0003582-57.2014.4.02.5001. Trata-se de ação civil pública / servidor público, redistribuída em 23/05/2014; concluso ao MM Juiz em 26/05/2014; em 09/04/2015 sentença homologando o acordo proposto pelo MPF e aceito pelo IFES, nos termos constantes desta sentença e extinguindo o feito, com resolução de mérito, com base no art. 269, III do CPC, publicada em 29/04/2015; último movimento em 26/05/2015, assim descrito: “juntada”.

0113466-21.2014.4.02.5001. Trata-se de ação civil pública / servidor público, distribuída em 31/10/2014; concluso ao MM Juiz em 04/11/2014; em 21/05/2015 sentença julgando improcedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, conforme art. 269, I, do CPC. Sentença publicada em 28/05/2015; último movimento em 03/06/2015, assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguarda remessa”.

0009245-80.1997.4.02.5001. Trata-se de ação civil pública / servidor público, redistribuída em 15/10/2004; em 03/07/2003 sentença extinguindo o processo, sem julgamento de mérito, em relação ao pedido de incorporação em seus vencimentos do reajuste de 13,17%. Sentença publicada em 02/04/2004; em 28/11/2014 baixa de baixa – findo; em 15/12/2014 arquivamento; em 29/05/2015 reativação; último movimento em 03/06/2015 assim descrito: “movimentação cartorária tipo aguarda diligência”.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo. **Planilha Apolo Excel e Intimados, extraídos em 01/06/2015 entre os meses de dezembro de 2014 a maio de 2015.**

→ AUDIÊNCIAS (DE 12/2014 A 05/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

1. TOTAL: 22 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS.
2. CUMPRIDA COM CONCILIAÇÃO: 01
3. CUMPRIDA SEM CONCILIAÇÃO E SEM JULGAMENTO:
21
4. TOTAL: 22 AUDIÊNCIAS CUMPRIDAS.

Mapa: Apolo – Secretaria - Estatística de Audiências – **Posição em 01/06/2015 – período: 12/2014 a 05/2015.**

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, encontramos o seguinte endereço para as iniciais.

DIRETORA – CONFERÊNCIA: INICIAL, DESPACHOS, DECISÕES E ATOS ORDINATÓRIOS, com 02 documentos, sendo o mais antigo o de 29/05/2015, sob o nº 0110489-56.2014.4.02.5101.

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

“A análise prévia das petições iniciais é realizada em Gabinete, pela Assessoria, respeitada a divisão TIT/SUB e também a matéria tratada, já que para facilitar os trabalhos e possibilitar o andamento simultâneo de todas as ações, é feita uma divisão das matérias, de modo que duas Assessoras cuidam das Ações Tributárias, e as outras duas Assessoras cuidam das Ações Previdenciárias e de Servidores Públicos.

Assim, verificada a existência de iniciais no “Balcão de entrada” da 2ª Vara Federal Cível, a Secretaria procede à imediata remessa das mesmas para as mesas das Assessoras, conforme a divisão acima tratada.

A análise das iniciais possui tratamento prioritário, sendo, de plano, verificados eventuais pedidos de liminares e tutelas, bem como feito o encaminhamento dos autos ao Juiz para despacho/decisão. Na oportunidade, é feito o exame do Termo de Autuação/Distribuição e/ou do Termo de Informação,

com vistas a conferir a regularidade da distribuição, em conformidade com os artigos 305 a 316 da CNCR. (...)

Destaque-se que tal atividade se encontra em dia, sendo as mesmas analisadas, em média, no lapso máximo de 3 dias para evitar eventual prejuízo às partes e acúmulo, sempre observadas as urgências.”

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos, Entrevista e Locais Virtuais (Autorização de Usuário). **Posição em 01/06/2015, às 13h26.**

2. BALCÃO DE ENTRADA

a. Documentos: 01

b. De 29/05/2015, Processo nº 0111736-38.2015.4.02.5001.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria e Locais Virtuais (Autorização de Usuário).). **Posição em 01/06/2015, às 13h26.**

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, não se encontrou nenhum endereço eletrônico para as prevenções.

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

“No que se refere à análise das prevenções, ressalte-se que as normas vigentes vêm sendo observadas, sendo tais análises precedidas da juntada das peças processuais pertinentes, ou mesmo, da devida certificação, quando é o caso.

Destaque-se que tal atividade se encontra em dia, sendo as mesmas analisadas, em média, no lapso máximo de 3 dias para evitar eventual prejuízo às partes e acúmulo, sempre observadas as urgências.

Fonte: Questionário de Autoinspeção, Entrevista e Locais Virtuais (Autorização de Usuário).). **Posição em 01/06/2015, às 13h26.**

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Total: 00 processo.

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 00
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00

Fonte: Questionário de autoinspeção, análise presencial dos processos e Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos - consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria – **Posição em 01/06/2015, com o último movimento até 30/04/2015.**

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO: (Arts. 228 da CNCR)

Total: 00 processo

- a. ENTRE 31 E 60 DIAS: 00
- b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00

Fonte: Questionário de autoinspeção, análise presencial e Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados - consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. **Posição em 01/06/2015, com o último movimento até 30/04/2015.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS): (Arts. 180 e 318 da CNCR).

Total geral: 01 documento

01050416820154025001. Petição nº 2015.3000.082028-4, com data de cadastro em 28/05/2015.

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se o seguinte endereço:

EXPEDIENTES E PETIÇÕES PENDENTES DE GUIAS DE DEPÓSITO DE PROCESSO NO TRF, com 03 documentos, sendo o mais antigo o de 22/02/2013, sob o nº 0006063-95.2011.4.02.5001.

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

“O servidor do Balcão faz a triagem diária das petições urgentes, passando-as de imediato para juntada e andamento, além do controle semanal das petições pendentes de juntada e dos pedidos de Balcão.

(...)

Assim, além de diligenciar diariamente a lista de parados, a Vara é organizada visando estar sempre em dia, com a juntada de petições e expedientes, remessas para arquivo e TRF, checagem dos trânsitos e prazos, remessas para imprensa e certificação.

(...)

Destaco, por fim, que as urgências e prioridades legais recebem o tratamento peculiar necessário, estando a Vara, inclusive, organizada para dar o andamento prioritário, quando o caso demandar, ou seja, as petições urgentes são desde logo encaminhadas para o Juiz e os atos decorrentes, tais como, intimações e expedições são prontamente diligenciados.”

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se os seguintes endereços:

- **AGUARDANDO PRAZO**, com 128 documentos, sendo o mais antigo de 04/05/2015, sob o nº 0108518-02.2015.4.02.5001;
- **AGUARDANDO RECEBIMENTO DO TRF**, com 141 documentos, sendo o mais antigo o de 06/09/2013, sob o nº 0001971-06.2013.4.02.5001.

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

“Este Juízo tem como meta sentenciar os processos no prazo máximo de 90 (noventa) dias. Diante de tal meta, é realizado um controle semanal, com o auxílio da Assessoria, através do Relatório de Processos Concluídos até Hoje, extraído do Sistema de Acompanhamento Processual – Apolo, pelo qual são verificados os processos com conclusão mais antiga, aos quais é dispensada a máxima prioridade, simultaneamente aos processos com preferência legal.”

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC):

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se os seguintes endereços:

- DIGITAÇÃO – EXPEDIENTES ASSINADOS PARA DILIGENCIAR**, com 03 documentos, sendo o mais antigo o de 21/05/2015, sob o nº 0005257-85.1996.4.02.5001;
- DIGITAÇÃO – EXPEDIENTES PARA FAZER**, com 05 documentos, sendo o mais antigo o de 19/05/2015, sob o nº 0004412-91.2012.4.02.5001.

Obs.: nada foi dito no questionário de autoinspeção de 2015 quanto ao cumprimento de ordem.

Fonte: Entrevista - Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria e Locais Virtuais (Autorização de Usuário) - Posição em 01/06/2015, às 13h26..

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: 214

(Art. 189 da CNCR)

- i. Segredo absoluto: 00
- ii. Segredo do Sistema: 04
- iii. Segredo de Peças: 210

Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados:

00048648720014025001. Trata-se de mandado de segurança individual/tributário, redistribuído em 11/10/2012. Processo tramitando com segredo de justiça, com registro no Sistema Processual Apolo. Salvo melhor juízo, não foi observado o despacho determinando o referido sigilo.

00040677720024025001. Trata-se de mandado de segurança individual/tributário, redistribuído em 15/10/2004. Processo tramitando com segredo de justiça, com registro no Sistema Processual Apolo. Salvo melhor juízo, não foi observado o despacho determinando o referido sigilo.

Os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento, eis que constante a informação no Sistema Processual Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva:

00037421019994025001. Trata-se de ordinária/tributária, distribuída em 28/05/1999. Processo tramitando com segredo de justiça, com registro no Sistema Processual Apolo. Em 06/03/2013, despacho determinando o referido sigilo de peças.

00057051920004025001. Trata-se de ordinária/tributária, redistribuída em 15/10/2004. Processo tramitando com segredo de justiça, com registro no

Sistema Processual Apolo. Em 24/03/2011, despacho determinando o referido sigilo de peças.

00007308020024025001. Trata-se de ordinária/tributária, redistribuída em 17/08/2010. Processo tramitando com sigilo de justiça, com registro no Sistema Processual Apolo. Em 08/05/2014, despacho determinando o referido sigilo de peças.

00020775120024025001. Trata-se de ordinária/tributária, distribuída em 15/04/2002. Processo tramitando com sigilo de justiça, com registro no Sistema Processual Apolo. Em 14/05/2013, despacho determinando o referido sigilo de peças.

Fonte: Análise presencial dos processos e Mapa - Planilha Apolo Excel – Sigilo de Justiça - consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. **Emitido em 01/06/2015.**

10. PUBLICAÇÕES: **(Art. 181 da CNCR).**

- a. Total de processos publicados: 2.931
- b. Total de Boletins: 123
- c. Média de processos/boletins: 23,83 processos.
- d. Tempo médio de dias/publicação: 5,63 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações. **Emitido em 01/06/2015.**
Período: 12/2014 a 05/2015.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

- a. PROCURADORIA FEDERAL: 09 processos, sendo 03 com prazo expirado. A saber;**
 - 1. 0004071-61.1995.4.02.5001, com 16 dias vencidos;
 - 2. 0006500-98.1995.4.02.5001, com 09 dias vencidos;
 - 3. 0006867-25.1995.4.02.5001, com 02 dias vencidos.

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos). **Emitido em 10/06/2015.**
Período: 01/01/1900 a 10/06/2015.

**→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS
(Artigos 267 a 269 da CNCR e Lei 9.099/95)**

1. Número total de processos suspensos (em 01/06/2015): 635

2. Motivo Da Suspensão

- Repercussão geral: 83
- Aguardando decisão de instância superior: 228
- Embargos à execução: 126
- Impugnação cumprimento de sentença (CPC, 475-M): 01
- Cumprimento Precatório/RPV: 117
- Outras suspensões – processos de conhecimento: 01
- Outras suspensões – processo execução: 04
- Outros – fase conhecimento: 06
- Outros – fase/processo execução: 61
- Parcelamento: 01
- Suspenso aguardando julgamento/recurso: 03
- Vazia: 04

3. Análises dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 01/06/2015, verificou-se que são lançadas corretamente as informações sobre o motivo da suspensão no Sistema Processual Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento n.º 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir, apesar de haver 04 processos sem o motivo da suspensão, informados no mapa apenas como “vazios”:

CÍVEL:

Aguarda decisão de instância superior: 228

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00072152320074025001,
00072690919954025001,
00076812720014025001.

00079014920064025001,
00002578920054025001,

Cumprimento precatório/RPV: 117

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00024924820134025001,
00078673020134025001,
00072742619984025001.

00035834720114025001,
00112721120124025001,

Embargos à Execução: 126

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00055817519964025001,
00097214020054025001,
00010996920054025001,
00033597619924025001.

00069694719954025001,
00160762720094025001,
00030675620134025001,

Impugnação cumprimento sentença (CPC, 475 – M): 01

Analisado o processo abaixo, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00022818020114025001.

Outras suspensões – processo de conhecimento: 01

Analisados o processo abaixo, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00081906019984025001.

Outras suspensões – processo de execução: 04

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00030680319974025001, 00014968019954025001,
00001469619914025001, 00011229319974025001.

Outros – fase conhecimento: 06

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00070233220034025001, 00078267320074025001,
00120906020124025001, 00014565919994025001,
00044677120144025001.

Analisado o processo abaixo, constatou-se irregularidade:
00099392420124025001. Trata-se de ordinária/tributária, distribuída em 01/09/2012. Em 11/04/2013 despacho determinando a suspensão, por ora, da tramitação do feito até decisão definitiva da justiça Estadual, com base no art. 265, IV, alínea “a” do CPC, com registro da referida suspensão no Sistema Processual Apolo, tendo como início a data de 21/07/2013 e data final 30/04/2016.

Outros – fase/processo execução: 61

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00037661320144025001,
00042564020114025001,
01119749120144025001.

00142633320074025001,
00130282620104025001,

Parcelamento: 01

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00035532720024025001.

Repercussão Geral (CPC, 543 – B e § 1º): 83

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00006952320024025001,
00052421419994025001,
00048648720014025001.

00036817620044025001,
00081959620094025001,

Suspensão – aguardando julgamento/recurso: 03

Analisados, por amostragem, os processos abaixo discriminados, observou-se o seu regular andamento, com despacho determinando a suspensão e devidamente registrado no Sistema Processual Apolo:

00043646519944025001,
00073244720014025001.

00155125820034025001,

a) Vazias: 04

**00010103120144025001,
01024633520154025001,**

**01018400520144025001,
01003221420134025001.**

→ **SENTENÇAS (no período de 12/2014 a 05/2015):**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 566

- a. Convertidas em diligência: 87
- b. Embargos de declaração: 48
- c. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 03
 - ii. Extinção da execução: 140
 - iii. Improcedente: 44
 - iv. Improcedente – dispensada citação:
 - v. Procedente: 97
 - vi. Procedente em parte: 77
 - vii. Reconhecimento da procedência do pedido: 04
 - viii. Procedente com tutela deferida: 08
 - ix. Procedente em parte com tutela deferida: 10
- d. Sem resolução de mérito: 35
 - i. Desistência da ação: 09
 - ii. Indeferimento de petição: 01
- e. Vazias: 03**

→ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada): 105
0101444-91.2015.4.02.5001, 0106165-23.2014.4.02.5001,
0107603-12.2013.4.02.5004, 0107602-02.2014.4.02.5001,
0107419-31.2014.4.02.5001, 0106575-81.2014.4.02.5001.

2. Sentenças tipo B-1 (sentenças homologatórias de acordo): 03
0003582-57.2014.4.02.5001, 0103308-67.2015.4.02.5001.

- 3.1 Sem classificação no corpo da sentença:**
0000644-89.2014.4.02.5001.

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas): 133
0103648-11.2015.4.02.5001, 0109757-72.2014.4.02.5002,
0106144-13.2015.4.02.5001, 0104386-96.2015.4.02.5001,
0103884-60.2015.4.02.5001.

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito): 185
0108061-04.2014.4.02.5001, 0108335-65.2014.4.02.5001,
0108349-49.2014.4.02.5001, 0108587-68.2014.4.02.5001,
0108684-68.2014.4.02.5001.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. **Posição em 01/06/2015.**

→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo como o questionário de autoinspeção de 2015:

“Os critérios traçados para determinar os feitos a serem julgados são:

- . Processos com pedidos de LIMINAR/TUTELA pendentes de apreciação;
- . Processos constantes das METAS traçadas pelo CNJ;
- . Processos que demandem a prolação de sentenças terminativas e padronizadas - de modo a proporcionar maior vazão à lista de processos conclusos;
- . Ações coletivas, as quais se submetem a procedimento de verificação obrigatória, por ocasião de inspeções/correições;
- . Processos com conclusão para sentença mais antiga, o que é verificado através do “*Relatório de Processos Conclusos até Hoje*”, extraído do Apolo.”

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE:

Não há dados a relatar, tendo em vista não constar no questionário de autoinspeção de 2015 informação sobre a localização e separação dos processos no gabinete.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

→ EXECUÇÃO (01/06/2015)
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

Informada em 618 processos, em 01/06/2015.

Não informada em 2.997 processos.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO
(de 01/12/2014 a 31/05/2015):
(Art. 217, II, da CNCR)

a. Físicos: 299

b. Virtuais: 182

c. Total de requisições: 481

d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.494 dias.

- RPV's:

. Cadastrados: 375

. Enviados: 274

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados: 106

. Enviados: 51

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV. Posição em 01/06/2015.

→ **GRANDES DÉBITOS (ARTIGOS 272 E 273 DA CNCR)**

De acordo como o questionário de autoinspeção de 2015, não se aplica ao juízo inspecionado.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, d).

→ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD (Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)**

De acordo como o questionário de autoinspeção de 2015:

“No mês do levantamento, foram realizadas quatro tentativas de penhora on line, por meio do Sistema Bacen Jud, todas infrutíferas e de classe Ordinária/Tributária.”

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, e).

→ **LEILÕES (ARTIGOS 270 A 290 DA CNCR)**

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

“Em razão da diminuta quantidade, do valor e da natureza pouco atrativa dos bens penhorados por ordem deste Juízo, é praxe aguardar a divulgação do leilão unificado para a inclusão de tais bens. No leilão do ano de 2014, foram incluídos dois processos (por classe, ambas Ordinárias/Tributárias), não havendo arrematação em nenhum. Não há leilão designado para os meses do levantamento (abril e maio/2015).”

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

“O cadastramento de bens constritos é de preenchimento obrigatório quando do recebimento de Mandado de Penhora, sendo lançado pelo servidor responsável pelo Setor de Digitação. Não houve inclusão no período do levantamento (06/04/2015 a 06/05/2015).”

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

→ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

Total de acautelamentos/apreensões: 00

Nada foi informado sobre bens acautelados/apreendidos no questionário de autoinspeção de 2015.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - **Relatório de material apreendido/acautelado, emitido em 01/06/2015.**

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147/151 CNCG)

Observação: Não há dados a relatar, tendo em vista que a correição é realizada na forma eletrônica e não há referência aos livros e pastas obrigatórios na Inspeção Anual do juízo correicionado de 2015, nem no questionário de autoinspeção de 2015.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual de 2015 e questionário de autoinspeção de 2015.

→ ESPAÇO FÍSICO

Observação: Não há dados a relatar, tendo em vista que a correição é realizada na forma eletrônica e não há referência ao espaço físico na Inspeção Anual do juízo correicionado de 2015, nem no questionário de autoinspeção de 2015.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual de 2015 e questionário de autoinspeção de 2015.

→ **METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO**

De acordo como o questionário de autoinspeção de 2015:

“A seguir, além da observância das metas externas traçadas, seguem elencadas metas já fixadas internamente e que norteiam o trabalho da Vara como um todo, e que foram reavaliadas e reforçadas a partir da Autoinspeção:

. Priorizar o andamento dos processos em fase de expedição de precatório, requisitando o máximo possível de pagamentos (3 meses).

. Arquivar uma quantidade maior de processos que os distribuídos no ano corrente, com vistas à redução do acervo (1 ano).

. Priorizar a expedição de alvarás e dos requisitórios, nas execuções contra a Fazenda Pública, bem como o andamento dos feitos em fase de cumprimento de sentença, visando reduzir o acervo em fase de execução (6 meses a 1 ano).”

Fonte: Relatório de Inspeção Anual de 2015 e questionário de autoinspeção de 2015.

RELATÓRIO ELABORADO POR: JOSE VICENTE BENEVENUTI –
matrícula 15035